

# Entre *Chronos* e *Mnemosine*: possibilidades da memória na formação de educadores

MARGARETH BRANDINI PARK

Pedagoga, Dra. em Metodologia de Ensino pela FE-Unicamp e pesquisadora do Centro de Memória - Unicamp

## RESUMO

Narrar o percurso de um projeto de formação de educadores, de longa duração, embasado nos pressupostos da Memória, História Oral e dos estudos do cotidiano é o principal objetivo desse trabalho, assumindo-se que tal narrativa deve conter as rupturas existentes em sua trajetória, pois elas contribuem sobremaneira para o processo avaliativo desse projeto. Pretende-se ainda ampliar o conceito de patrimônio discutindo-o enquanto patrimônio ambiental, imagético, arquitetônico e imaterial/artístico.

**Palavras-chave:** Memória. Patrimônio.  
Formação de educadores

## ABSTRACT

This article analyses the development of a long-term project of specialization of teachers, based on the assumptions of Memory, Oral History and other studies of the everyday life. The main theoretical assumption of this research is that the narratives present ruptures in themselves, which can contribute for the evaluation process of this project. This article intends also to widen the concept of patrimony considering it as an environmental, architectural, immaterial/artistic patrimony. This present study demonstrates the great potential of transformation that its theoretical reference.

**Key words:** Memory. Patrimony.  
Educators formation

*“Pel*as histórias de lugares, eles se tornam habitáveis. Habitar é narrativizar. Fomentar ou restaurar esta narratividade é portanto também uma tarefa de restauração. É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal como as sedas da feiticeira.”  
(CERTEAU, 1996)

Há dez anos que, como pesquisadora do Centro de Memória - Unicamp, venho trabalhando em propostas de formação de educadores envolvendo questões relacionadas à memória, cotidiano e História Oral. A maior parte desses trabalhos foi realizada em pequenas cidades da região de Campinas-SP e o número de profissionais envolvidos, a população das cidades e as equipes pedagógicas oferecem condições privilegiadas para a implantação, acompanhamento e viabilização da proposta. Obviamente que uma grande cidade pode desenvolver trabalhos dessa natureza porém, os desafios para a costura dos mesmos demanda um esforço extra e uma equipe de grande porte na coordenação quando se pretende o envolvimento de ampla parte da comunidade que configura a cidade.

O Centro de Memória vem há tempos sendo requisitado para trabalhar com as memórias das cidades. Normalmente, a demanda caracteriza-se por pedidos para a organização de arquivos, escrita de livros, palestras para sensibilizar a população sobre o valor de seu patrimônio histórico. A postura que assumimos foi a de ensinar a fazer, fazer junto com a comunidade todo esse movimento visando a valorização de suas práticas culturais.

Tal proposta nasce da constatação de que, na maioria das vezes, os trabalhos de constituição de arquivos, organização de materiais, exposições e eventos terminam sem gerar novas formas de encarar o patrimônio assumido de forma ampla, material e imaterial.

Temos assumido o desafio de formar quadros nas comunidades para escreverem suas histórias, organizarem seus acervos escolhendo como querem ser representados, de preparar profissionais com conhecimentos mínimos para encaminhar processos de restauro junto a equipes de profissionais, de instrumentalizar educadores para que se apropriem das possibilidades que tal proposta oferece em termos de formação e de atuação diante da comunidade educativa, que é maior que o corpo de alunos, envolvendo o grupo do entorno.

Acreditamos que só um processo educativo pode fortalecer os laços e re-significar práticas culturais da população que, normalmente, só são valorizadas por ocasião de festividades comemorativas, sem a compreensão do quanto as mesmas constituem a identidade daquele grupo. Trata-se, portanto, de levar para



dentro da escola suas gentes, seu entorno, seu cotidiano e de tirar os alunos de seu limite espaço-temporal, oferecendo vivências em praças, conversas com pedestres, formando um olhar prescrutador para o dia-a-dia que movimenta a cidade. Enquanto educadoras, como podemos fazer tantos convites para mudanças e atuações revolucionárias se não trabalharmos com os dados que nos são oferecidos diuturnamente? Como discutir meio ambiente se não enxergamos os animais abandonados de nossos bairros, o lixo, a invasão dos carros tirando os espaços dos pedestres que se espremem nas paredes, receosos?

Nossos pressupostos teóricos alinhavam atuações possíveis. Assumimos Memória enquanto trabalho, nos apropriando do conceito tão bem desenvolvido por Ecléa BOSI em seu livro *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. Citando-a: “a memória não é sonho, é trabalho, sendo assim o passado não se presentifica tal como foi.”(1994) Sem o trabalho da reflexão e da localização, segundo a autora, a memória seria apenas imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que não seja uma repetição do estado antigo mas, sim, uma re-aparição.

Os trabalhos com a memória portam possibilidades que têm em seus interstícios representações, esquecimentos, mesclas de “verdades”, “mentiras”. Ou seja, lugares da subjetividade, trabalhos com versões que necessitam sutileza interpretativa e diálogo de fontes.

Normalmente, quando colocamos que iremos trabalhar com as memórias da cidade temos que passar por um processo de esclarecimentos pautados na desmistificação das idéias saudosistas de passado. Temos que encarar tais expectativas esmiuçando-as para nos livrarmos dos memorialistas saudosos que sempre habitam as cidades e que estão de plantão para oferecer um discurso que ambiciona a volta às origens, como se outrora fosse somente bom... Esse, realmente, é o primeiro passo para impulsionar as relativizações com relação às experiências com o passado.

O clima criado com o enfoque do passado/presente tem se mostrado extremamente instigador. As pessoas se envolvem partindo de suas histórias, de suas experiências, sempre portando grande dose emotiva. Pensando no mito grego, Mnemosine não se intimida e enfrenta bravamente Chronos. Representante da memória personificada, filha do Céu com a Terra se une a Zeus e gera as nove musas. Será pois, a memória que poderá possibilitar o enfrentamento com o Tempo (Chronos) que devora seus filhos, gerando marcas, deixando pegadas – formas de existir que resistem ao apagamento. Buscamos-nos para não nos perdermos. O grupo de educadores se aproxima e o que é uma grande força aglutinadora também é um fator de desestabilização.



Explicitando melhor, pela grande alternância de profissionais nas redes públicas, os recém-chegados sentem-se excluídos do grupo mais antigo que se mostra muito coeso. O desafio é que os eternos retornos para os incluir precisam ocorrer com rapidez e precisão, o que nem sempre é possível no cotidiano escolar.

Temos investido na acolhida nas unidades através de seus projetos específicos, além de dedicar um tempo das reuniões mensais, em que todos participam, para as retomadas constantes. Não ignoramos que tal processo, muitas vezes, fica cansativo para a “velha guarda” que acompanha os trabalhos há mais tempo.

O embasamento para o trabalho com o cotidiano centra-se nas pesquisas de Michel de CERTEAU e sua equipe. Mais que fazer passeios nos bairros para conhecê-los cremos que os mesmos nos constituem enquanto sujeitos, de um modo ou de outro. Somos de determinada forma, comportamo-nos, valorizamos ou desprezamos de acordo com nossas vivências nos locais onde habitamos. Aproximações e distanciamentos moldam jeitos de ser e viver. Partimos dos bairros pois, como o autor citado acima, acreditamos que “os bairros são a configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como o lugar da vida cotidiana pública.” (1996: 196)

A valorização desse cotidiano termina por subverter as vozes no interior da escola. As crianças/adolescentes/pais da comunidade conhecem e falam de coisas, lugares e hábitos locais e aquele que, normalmente, detém a fala nesse espaço, o educador, passa a ser um parceiro, um ouvinte. A construção do conhecimento passa a apresentar dinamismo, prazer e desafios. Não desconhecemos as críticas existentes em relação aos currículos regionalizados; gostaríamos de frisar que o ponto de partida calcado no trabalho com o cotidiano local pode proporcionar bases sólidas para a posterior ampliação de repertório. O local é ponto de partida (de permanência) mas não se constitui em ponto de chegada.

Os pressupostos da História Oral são de fundamental importância para nossos procedimentos. Concordamos com LOZANO (1996) que assume a História Oral como sendo mais que método e técnica, como encruzilhada de disciplinas que permite a inclusão de marginalizados socialmente. A relativização da escrita como sendo a única possibilidade de registros captura indivíduos que ficaram pelos caminhos durante o processo de alfabetização, por questões que, normalmente, não são de escolha pessoal.

Incomodam-nos os rótulos. Como diz Mercedes VILLANUEVA, nos interessaria mais uma história sem adjetivos. Há uma História Oral porque há uma História Escrita; há uma História das Mulheres porque há uma de Homens e, por conseguinte, a das crianças, adolescentes, velhos etc., como se a História



não se configurasse nas relações de interdependências de todos esses indivíduos que, juntos, tecem essa rica teia de significados sociológicos, múltiplos e interligados.

A quem atenderia essa discussão, ora suave, ora mais áspera envolvendo História com H maiúsculo? Estória, às vezes em maiúscula, às vezes não e, quem seriam seus detentores, seus guardiões? Os historiadores guardariam a História com H maiúsculo enquanto outros profissionais fariam as estórias? Parece que adentramos em questões de campo profissional, tanto que o caderno "Fóvest" do jornal *Folha de S. Paulo* apresenta no dia 23/09/2004 a seguinte manchete "Preservar memória amplia mercado". A matéria aponta o crescimento do campo de atuação para os historiadores pois a sociedade mobiliza-se para registrar suas memórias de forma nunca experienciada anteriormente. Segundo a matéria, "*Prefeituras, órgãos públicos e até empresas têm desenvolvido trabalhos de preservação de seus documentos e de resgate de sua história, o que é feito por profissionais da área.*" (grifo nosso). Bem, será que tudo o que for compilado poderá ser História pois foi recolhido por historiadores?

Na mesma matéria, outro depoimento afirma que o historiador "atua em órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural junto de antropólogos, arquitetos e outros profissionais, avaliando e propondo programas de preservação."

Mais que polemizar, nós educadores preocupamo-nos com o como fazer, quem envolver, para garantir a vitalidade do processo aliado aos produtos pois, os mesmos podem terminar nas prateleiras, ainda que bela e criteriosamente embalados e selecionados. Ousamos dizer que não basta o produto, a menos que os objetivos sejam para vitrines. Defendemos a aliança com a comunidade, com as vozes do entorno, com a capacitação de indivíduos que possam trazer vida e movimento aos acervos. E, para isso, os educadores são imprescindíveis pois sua lida diária, ao trabalhar com o cotidiano é tecer com as pessoas as representações de seu lugar visando, inclusive, mudanças que produzam maior qualidade de vida, partindo do conhecimento acumulado nos edifícios, nas ruas, no patrimônio ambiental, nas narrativas que apontam o que faz sentido para aquele grupo, naquele momento histórico.

Temos claro que os projetos mais incríveis e vivos que podemos implementar passam, atualmente, pela idéia de inter-setorialidade. Há que administrar recursos e saberes de vários departamentos para que uma cidade, pequena ou grande, agilize processos, some recursos e faça acontecer idéias, sonhos e mudanças. Idéia essa que, analogamente podemos colocar em relação aos diversos profissionais que, unidos, podem garantir o acontecimento da prática diferenciada. Creio que, dessa forma, ganhamos todos, profissionais e instituições.



Embora a História Oral e seus pressupostos existam há longo tempo, em momentos de grandes processos de exclusão social seus pressupostos ressurgem com força total pois possibilitam, sem dúvida alguma, processos de inclusão, porém, os trabalhos que os utilizam não necessariamente são inclusivos ou revolucionários. Poderão ser dependendo do perfil, do grupo focalizado, das metas desenhadas. Há uma mitificação que aparece em vários trabalhos, textos, colóquios como se fossem uma grande novidade, relacionados sempre com trabalhos militantes. Pensamos ser importante ressaltar que a História Oral pode apresentar muitas características que a aproxima dos trabalhos de transformação social, sem dúvida, mas esta não é uma regra geral.

Com relação aos educadores temos um desafio colocado quando postulamos a importância da fala, dos relatos, dos depoimentos, ao lado da escrita. As mesmas, cada vez mais representantes de uma classe média em declínio, lutaram para fugir do lugar da fala em direção à sacralidade escriturística, conforme nos coloca CERTEAU (1996). Voltar a valorizar falas, para as mesmas, representa um retrocesso intelectual. A sabedoria presente nos relatos de analfabetos precisa ser trabalhada com cuidado e constância, com vivências capazes de sensibilizar os educadores. Aos poucos, as reaproximações com membros da família vão ocorrendo e retornam em depoimentos e relatos que não só trazem dados e informações como trazem também um grande componente afetivo.

Propomos uma atenção para as falas. Que tipo de atenção seria essa? BOSI, ao discutir o que significava para Simone WEIL a atenção diz: “a atenção seria uma alta forma de generosidade” (2003: 211); ela nos recomenda que agucemos nossas faculdades para entregar-nos através do olhar e da escuta ao que é secreto, silencioso, quase invisível. Embora os escritos citados estejam relacionados a um contexto específico, cremos que precisamos estudar as falas e o que as regulamenta e, nos dizeres da autora citada um estudo não passa de uma ginástica da atenção.

Para um trabalho envolvendo cotidiano, memória e História Oral é necessária a construção de um projeto coletivo que pretende, nos dizeres de THOMPSON (1992), derrubar barreiras entre professores, alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior. Tal projeto busca e captura vozes, subverte relações espaço-temporais, relações sociais estabelecidas, como por exemplo as que qualificam os velhos e as crianças enquanto improdutivos; desafia as formas de registro na tentativa de apreensão dessa diversidade instituinte.

Interessante observar ainda que, com relação às falas e escritas é preciso deixar apontada outra questão de suma importância: um código jamais substitui outro, ou seja, as falas, com seus gestos e cenários, com suas performances jamais poderão ser reduzidas à mera transcrição de fitas, sejam de vídeos ou cassetes.



Nesse sentido, muitos pesquisadores que se utilizam de tal procedimento defendem os documentos gravados como os que melhor representam as falas, ao invés dos transcritos que, por suas especificidades, acabam por se tornar um outro tipo de representação.

Destacaremos a seguir, alguns dos trabalhos desenvolvidos nos últimos sete anos dentro do projeto “Jarinu tem memória”, uma parceria do Centro de Memória-Unicamp com a Prefeitura Municipal daquela cidade. O principal objetivo é a formação de educadores envolvendo a comunidade local. Para introduzir tais trabalhos, gostaríamos de apontar a discussão de patrimônio desenvolvida por TOGNON:

“É somente com o processo histórico, pelo qual todas as sociedades civilizadas mantêm o vínculo de valores entre passado e o presente, valores que se agregam aos objetos, às práticas e às paisagens, que nasce o reconhecimento desse conjunto de coisas, atos e lugares, um ‘patrimônio’ aceito por convenções socialmente institucionalizadas, que podem ir desde a vontade popular manifestada por consenso, na democracia representativa, até o mais tirânico gesto centralizador.” (2003: 164)

Partilhando do conceito acima, acerca da constituição dos patrimônios de uma cidade, abordaremos trabalhos que focalizam o patrimônio ambiental, o imagético, o arquitetônico e o artístico, todos vinculados a trabalhos de cunho educativo desenvolvidos junto ao projeto em questão.

“Mas a cidade é o teatro de uma guerra dos relatos, com a cidade grega era o campo fechado de guerras contra os deuses. Entre nós, os grandes relatos da televisão ou da publicidade esmagam ou atomizam os pequenos relatos de rua ou de bairro. É urgente que a restauração venha em socorro desses últimos. Já o faz registrando e difundindo as memórias que se contam no padeiro, no café ou em casa. Mas isto é feito arrancando-as de seus lugares.” (CERTEAU, 1996: 201)

#### **PATRIMÔNIO AMBIENTAL- O BAIRRO PITANGAL**

*“O uso de outros suportes de conhecimento, como a memória, pode ser um mecanismo eficiente da utilização do envolvimento comunitário para o monitoramento do meio ambiente. No projeto experimental e prático de Jarinu a observação dos moradores nos ciclos de tempo*

*aponta para o desaparecimento de espécies de aves comuns até a década de 1970 – caso do curió, do azulão bicudo, do tico-tico rei e do pássaro preto. E, simultaneamente, mostra como o patrimônio natural continua presente nos casos do picarro, do coleirinha, do sabiá-do-campo, da juriti, do pica-pau, do tijju, do tico-tico e do bico-de-lacre.” (OLIVEIRA, 2003: 80-81)*

Durante o ano de 1999, as educadoras, os alunos, as famílias e a comunidade local uniram-se para um trabalho desafiador: devolver a imagem que garante, segundo eles, a identidade do bairro. A história do bairro, buscada através das memórias de seus moradores apontou que havia no local um bosque de pitangueiras que oferecia sombra para encontros, brincadeiras, piqueniques e moradia para inúmeros pássaros que das frutas se alimentavam. As crianças mobilizaram-se para trazê-la de volta. Primeiramente, com toda ingenuidade infantil, começaram a plantar sementes em latinhas para fazer mudas que seriam transplantadas, posteriormente, no local onde havia o bosque. Rapidamente concluíram que muitas não brotavam, que o novo bosque ficava cada vez mais distante....

Precisavam de muitas mudas, precisavam saber plantar, precisavam de local maior para as mudas. Assim sendo, trazem os pais – muitos deles agricultores –, pesquisam em órgãos vinculados à agricultura, conseguem autorização para utilizar um terreno defronte a escola para instalar a estufa que receberam doada por um comerciante local.

Começam a plantar em quantidade. As mudas que brotam com o decorrer do tempo são transplantadas para um pequeno bosque. Final feliz? Não totalmente, conforme já foi explicitado em PARK (2003: 43):

“A escola aborta muitos ciclos e o trabalho com as pitangas gerou crises que podem nos ajudar a compreender melhor as relações, os limites e os avanços que alguns projetos podem trazer. De forma alguma, ao focalizar os conflitos e problemas estamos culpando os professores que, normalmente, acabam ficando como responsáveis únicos pelo sucesso ou fracasso dos projetos. Salientamos que os projetos pensados – principalmente os relacionados à temática ambiental – caracterizam-se pela absoluta necessidade de trabalho inter-setorial, coletivo e de subversão das relações espaço-temporais na escola. Por esses motivos torna-se mais fácil executar eventos-simulacro na escola, pequenas experiências, em vez de aventurar-se pelo desafio da concretização, que de fato produz e alimenta as utopias.”



Muitos foram os problemas. Por serem as pitangas de ciclo longo elas terminam por provocar inúmeros conflitos no cotidiano escolar. Quem as regaria nas férias? De quem seria a paternidade do projeto, uma vez que as pitangas iniciam-se como sementes com algumas professoras e terminam como mudas por outras e viram bosque por outras, ainda? A escola, tal como é estruturada, não resiste a tantos embates e a inter-setorialidade acaba ocorrendo por motivos não tão nobres..

Atualmente, as mudas são cuidadas por funcionários da prefeitura que capinam e regam. Para as educadoras é como se um trabalho tivesse sido realizado e finalizado. A constância diária no cuidado para que mudas transformem-se em árvores, por mais que dito e redito, não é assumida por elas, suas crianças e suas famílias. O que não funcionou?

Talvez, para as educadoras, a geografia da escola já é de proporção imensa para sua atuação. Mediar seus espaços, alfabetizar, ensinar conteúdos e ainda ampliar seus domínios para o entorno seria demais enquanto tarefa. Mas, intriga-nos que há uma preocupação em educar ambientalmente as pessoas e, sendo assim, que tipo de educação oferecemos quando plantamos e deixamos os encargos posteriores a outros indivíduos que não participaram do processo de sentido construído desde o nome do bairro? Não temos dúvida de que quanto maior o número de envolvidos nos projetos, melhor para seus encaminhamentos no cotidiano mas, tais envolvimento devem ser construídos na parceria e não em atitudes esporádicas, desprovidas de um sentido identitário maior.

Gostaríamos de inserir aqui uma questão extremamente importante e que justifica a colocação de nosso sub-título. Talvez a atitude experienciada por nós ajude na explicitação do que seria o meio ambiente enquanto patrimônio.

Há tempo que se fala em meio ambiente e que na escola se estudava gente, bichos e plantas, não necessariamente nesta mesma ordem. Cada qual a seu momento. Porém, que surpresa quando se assume que gente-bicho-planta aparece assim! Tudo junto e quando mexemos em um terminamos por mexer em outro. Impossível falar de educação ambiental, discursar e não comprometer pessoas nos e pelos atos. Os discursos não conseguirão garantir menos poluição, maior comprometimento social, um jeito de encarar o futuro como sendo agora. Talvez, o grau de compromisso apresentado muitas vezes por educadores e pela escola, ainda apresentem traços de um modelo discursivo aliado à seriação enquanto medida temporal, quando precisaríamos conceber a idéia de ciclos para a realização de projetos ambientais. Parece-nos que os ciclos da vida precisam determinar outros



ciclos e não o contrário... Ou ainda, poderíamos ter nos bastidores a questão antiga, que nos aponta CERTEAU (1996), segundo a qual as práticas escriturísticas é que caracterizariam o progresso enquanto que as da oralidade estariam ligadas ao atraso. Explicamos: as educadoras poderiam estar menosprezando as práticas agrícolas do projeto Pitangal por serem as mesmas apenas um tanto quanto distanciadas do universo escriturístico valorizado por elas. Conforme PARK (1998: 911-912),

“ser professor é adentrar no universo sacralizado da escrita onde valorizar tal universo significará, inclusive, o distanciamento das práticas orais e narrativas. Diante dessa constatação, evidenciamos a necessidade de uma retomada histórica redimensionando tais universos para que o trabalho envolvendo as pessoas da comunidade, sendo elas alfabetizadas ou não, possa ocorrer... Não é tarefa fácil e rápida propor esse direcionamento ao olhar do professor, pois ele envolve questionamentos sobre posturas, papéis e poder, muitas vezes, cristalizados nas práticas que seus cursos de formação permitiram. Pessoalmente, em grande parte das vezes, significa romper um distanciamento conseguido a duras penas.”

Conforme CALVINO (1994: 7):

“Em plena selva de asfalto e cimento da cidade industrial, o operário Marcovaldo busca a Natureza. Mas existe, ainda, a velha e boa Natureza? Ou tudo não passa de imitação, artifício e engano? Personagem cômica e melancólica, o sonhador Marcovaldo não tem olhos adequados para semáforos, cartazes ou vitrines, signos da vida urbana e da sociedade de consumo. Mas está atento aos cogumelos que brotam no ponto do bonde, ao mofo nas bancas de jornais, às aves migratórias, ou às possibilidades de caçar e pescar dentro da cidade, enfrentando as mudanças de estação e descobrindo as misérias da existência.”

#### PATRIMÔNIO IMAGÉTICO

*“Mas onde parar e como delimitar a população dessas coisas que são ‘espíritos’. Também as árvores fazem parte deles, eles que são os ‘únicos verdadeiros monumentos’ – ‘os majestosos plátanos centenários que a especulação dos entrepostos preservou porque eram úteis e abrigavam as adegas dos ardores do sol’. Mas ainda*



*uma fonte, o detalhe de uma fachada, o milho e um presunto pendurado ao teto de um taberneiro, um realejo e um fonógrafo de Edison, na penumbra de uma casa comercial, a forma encurvada de um pé de mesa, brinquedos, fotos de família, os fragmentos viajantes de uma canção... Esta população estende suas ramificações, penetra toda a rede de nossa vida cotidiana, desce aos labirintos do habitat, cujas profundezas ela coloniza silenciosamente.” (CERTEAU, 1996: 193)*

Um dos grupos constituídos durante as atividades de formação do projeto foi o Grupo da Comunidade. Em princípio, pelo predomínio da faixa etária mais avançada, havia uma tendência a rotulá-lo como Grupo da Terceira Idade. Discutimos a nomenclatura, considerada por nós inadequada pois tínhamos pessoas com idades variando entre 30 e 80 anos, a heterogeneidade marcava os espaços de discussão pelas idades e vivências, pela formação, de analfabetos a pessoas com formação superior, de gênero. Migrantes e descendentes de imigrantes compunham esse coletivo que se reunia para falar da cidade, dos seus rumores, histórias, de um dia-a-dia que acaba gravado nas memórias segundo processos idiossincráticos, pelas escolhas de seus partícipes.

Decidimos, enquanto encaminhamento para gravações e transcrições, que elegeríamos temáticas para nortear nossos encontros. A que apresentou maior envolvimento do grupo terminou sendo “As festas religiosas”, descritas no livro *Memória em Movimento na Formação de Professores* (PARK, 2000).

Trabalhamos elegendo os relatos como ponto de partida, as memórias de uns surgiam e se juntavam às dos outros como uma composição retomada a todo instante. Posteriormente, incluímos as fotos trazidas por eles e oferecidas pela equipe da educação que as possuía organizadas de forma precária. Optamos por não apresentá-las enquanto detonadoras de memória, pois pensamos que elas poderiam silenciar os velhos diante das perdas revividas nas imagens. Apresentamos-nas, posteriormente, e começamos a vivenciar um processo muito interessante, revelador de competências que terminaram por gerar um arquivo identificado para a cidade, assim como por sua duplicação no Centro de Memória - Unicamp.

O tempo do velho, as críticas por seu jeito lento de observar, de se movimentar, no presente caso revelou-se compatível e desejado no trabalho com as imagens. Uma fotografia era manuseada com muita calma, por dedos trêmulos e pacientes passando, posteriormente, por mais manuseio até que fotos contendo um número exorbitante de pessoas, como no caso de bandas musicais, tinham a totalidade de seus membros identificados. O tom sépia e o branco e preto traziam a possibilidade de entrada em um tempo longe do colorido de vídeo-clipes. Os



velhos se depararam com limites físicos, a pouca visão era um deles. Resolveram-na trazendo uma lupa que adquiriram e que passava de mão em mão. Presentearam a pesquisadora que os acompanhavam com uma lupa menos potente, assumindo a necessidade de instrumentos para as tarefas de acordo com as necessidades de cada um. Profissionalizaram sua atividade e a cada encontro sentiam-se mais convencidos de que eram as pessoas mais adequadas para essas e outras tarefas relacionadas à memória.

Como desdobramento desse trabalho inicial, trouxemos uma pesquisadora do Centro de Memória - Unicamp para formar pessoas da comunidade interessadas em um trabalho envolvendo fotografias e arquivo. O processo de formação ocorreu em várias etapas: entrevistas com a população para a identificação de acervos, os passos envolvendo o trabalho com a conservação das imagens através da identificação do processo fotográfico e o tratamento – higienização, restauração, planificação, confecção de embalagens e acondicionamento. A última etapa do trabalho foi a informatização do acervo que se encontra localizado na Biblioteca Municipal da cidade e o lançamento do *Catálogo de Coleções Fotográficas da Cidade de Jarinu-SP*, organizado em 2003 pela pesquisadora Marli Marcondes.

Atualmente, temos pessoas da comunidade atuando na manutenção e preservação do acervo que podem alimentar pesquisas na cidade ou região, ressaltando que a organização das coleções demonstra como esses atores sociais, nesse momento histórico, escolheram ser representados.

#### PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

*“Dessas coisas antigas eles admitem o que pode ser chamado de ‘patrimônio’. Com que critérios? Isso não é claro. Seu tamanho, sua idade, seu valor (econômico) e sobretudo a importância (social ou eleitoral) de seus ‘supporters’ ou de seus habitantes podem valer a uma ‘velharia’ sua agregação ao patrimônio. Passa então por sua restauração. Os objetos assim enobrecidos se vêem então reconhecidos e conquistam um lugar e uma espécie de segurança de vida; mas como todo agregado, por meio de uma conformação à lei da restauração. São modernizados. Essas histórias corrompidas pelo tempo, ou selvagens, vindas de não sei onde, são educadas no presente.”*  
(CERTEAU, 1996: 194)

Quando a equipe pedagógica municipal procurou o Centro de Memória para uma proposta de parceria, tinha claro que as discussões passariam pelo restauro de dois patrimônios arquitetônicos da pequena cidade: o prédio da



primeira escola municipal e o casarão de José Inácio. A primeira, construída entre o final do século XIX e início do XX, de pequeno porte e, a segunda, residência da família do coronel José Inácio, construída em taipa de mão e taipa de pilão, situada defronte à praça principal da cidade. Posteriormente, a Igreja Matriz passou a ser mais um bem a ser restaurado, gerando mobilização da população para reunir especialistas de outros estados que pudessem colaborar trazendo conhecimentos necessários ao processo de restauro previsto pelos assessores. [1]

Firmado o convênio, começamos pelo restauro da primeira escola trabalhando, concomitantemente, com as crianças do Ensino Fundamental e seus educadores, que participam de palestras e visitas ao local com o objetivo principal de conhecer e reconhecer a importância de tais iniciativas para a história dos habitantes locais e do entorno, que poderão estudar técnicas e procedimentos construtivos, assim como práticas de sociabilidade determinadas pelos espaços construídos, tais como, cozinhas grande e aconchegantes, com fogões à lenha, convidando a longas conversas e histórias ao pé do fogo.

Muitos contratemplos foram vivenciados nesse processo: profissionais despreparados, volume de recurso exigido, intempéries que levaram a um calendário estendido no tempo gerando frustrações.

O segundo movimento, com outra equipe, elegeu o casarão de José Inácio para as oficinas de formação. Foram realizadas oficinas com educadores, alunos não só da Rede Municipal como de universidades da região, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Um enfoque que resultou muitos desdobramentos pedagógicos foi o da arquitetura de terra, existente na região, nas casinhas de pau-a-pique. A desmistificação de sua técnica levou a uma resignificação de práticas culturais da população. As informações trazidas pela equipe sobre a adequação de tal arquitetura ao nosso clima, aliadas ao interesse da indústria de cimento na época da criação do Sistema Nacional de Habitação, levaram o grupo de educadores a repensar o estigma calcado no Jeca Tatu e sua casinha precária... Pudemos participar de oficina de construção de casa de enchimento, como são nominadas no interior da Bahia, realizada por professora vinda dessa região.

Embora as atividades pedagógicas tenham se desenvolvido de forma prevista, as de restauro também terminaram quase que paralisadas por falta de recursos, dificuldades operacionais etc.

Gostaríamos de apontar no presente texto algumas questões relacionadas ao restauro patrimonial. Na atualidade, muitos são os interesse relacionados aos restauros, atividades educativas, comerciais e turísticas etc. Parece-nos que não bastam vidros de doce e bordados/pinturas para atrair visitantes; a memória local passa a

1 - Para maiores informações indicamos a leitura do artigo "Patrimônio-entre o presente e o passado", de TOGNON, in: PARK (org), 2003.



ser uma mercadoria interessante e alguns administradores conseguem elaborar ótimas propostas que terminam por gerar identidade e posterior renda regional. Ainda engatinhamos nas propostas possíveis de museus em movimento apresentando cenas bucólicas facilmente visualizadas por nós, habitantes de uma região de antigas fazendas de café.

As questões econômicas são de fundamental importância pois é muito difícil, senão impossível, argumentar com uma população sobre as escolhas financeiras diante das agruras de um Estado cada vez mais ausente das políticas públicas. Comprar uma ambulância ou restaurar uma escola antiga? Quais serão os futuros encaminhamentos? Restauros-maquagem? Chamo dessa forma a preservação de uma parcela insignificante da obra original que cede espaço a composições arquitetônicas esquizofrênicas que desafiam nosso olhar a um estabelecimento de sentido. Condenar a quem?

Em uma lógica de mercado, parece-nos que vencerão aqueles capazes de articular propostas integradoras envolvendo geração de renda, inserção social, educação, turismo e identidade local. Longe dos projetos inter-setoriais, as medidas poderão ser apenas paliativas, um namoro com a memória, de longe, platônico...

#### PATRIMÔNIO IMATERIAL/ARTÍSTICO

*“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (Artigo 216 da Constituição-1988)*

Os bens culturais de uma comunidade assumem diversas formas, do verde do entorno, casarões do período cafeeiro, escombros de senzalas, rituais de socialização, práticas de cura, formas de preparar alimentos, formas de louvar particulares a cada crença, jeitos de criar e representar o mundo seja pela dança, música, criação de objetos, pinturas.

Em muitos momentos esse projeto pôde dar maior visibilidade a muitas dessas manifestações que caracterizam a população local. As pesquisas centradas na memória trouxeram de volta histórias saudosas de uma banda que termina por



ressurgir através do empenho de cidadãos que dela participaram, assim como de outros que fruíram suas apresentações. Os velhos ensinam os moços readaptando-se à situações, como no caso do músico Benedito que tocava trompete e, atualmente, assumiu os pratos devido a limites físicos. Muda o instrumento mas permanece músico, a ensinar prazerosamente os meninos que se envolveram com a proposta musical de uma banda. Atualmente, são chamados para apresentações nas festas das cidades do entorno próximo e distante também.

A dança de São Gonçalo acontecia tímida quando o projeto se iniciou, em 1998. Proibida por muito tempo pela Igreja, era dançada nos terreiros e quintais dos sítios e pequenas fazendas. Sua divulgação termina por colocá-la no Mapa Cultural do Estado de São Paulo, por requisitar seus membros para depoimentos, convidá-los para apresentações em festas locais e do entorno. Para seus membros, a importância maior está em sua profissão de fé: louvar São Gonçalo, santo protetor das pernas. A divulgação pode terminar por atender a uma ansiedade dos mais velhos, a de conseguir mais devotos empenhados em manter a tradição.

Trabalhamos, durante todo o nosso percurso, com artistas e artesãos locais valorizando-os enquanto produtores de bens culturais. Um dos documentos produzidos foi o livro *Arte, Educação e Projetos - Tao Sigulda para Crianças e Educadores* (PARK; IÓRIO, 2004) que retrata o trabalho pedagógico embasado na vida e obra do pintor habitante da cidade. O Centro Cultural onde vive passou a ser um local visitado pelas crianças e educadoras que, assim, puderam apreender idéias e formas de representar o mundo. O artista passa a partilhar outros espaços da cidade. Exposições são realizadas, inclusive no fórum da cidade; graças a postura educativa do juiz local, a arte começa a ser sentida, partilhada, gerando momentos de prazer entre crianças, educadores e habitantes locais.

Sabemos que

“As cidades, grandes ou pequenas têm seus pintores, escritores, artesãos, dançarinos, cantores, contadores de causo, músicos, palhaços, e eles esperam mansamente que ‘os olhos de ver’ os reconheçam enquanto parceiros da construção da identidade local. Ou, em um discurso politicamente correto para o momento atual que vivemos, enquanto patrimônio imaterial local.”(PARK e IÓRIO, 2002: 51)

Finalizando, parece-nos que as discussões abordando a memória e suas possibilidades nos impulsionam a viagens com percursos desafiadores que ora revelam, ora escondem fatos, paisagens, sentimentos, sensações. E, ao relatá-las,



como num palimpsesto, sempre revisitado, rasuramos e imprimimos marcas que devem ser decifradas levando-se em conta suas ranhuras e borrões.

### **BIBLIOGRAFIA**

- BOSI, Ecléa. *Educação e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Tempo Vivo da Memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALVINO, Italo. *Marcovaldo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.2. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- LOZANO, Jorge, E.A. “Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”, in: FERREIRA M; AMADO, J. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- MARCONDES, Marli. *Catálogo das Coleções Fotográficas da Cidade de Jarinu-SP*. Campinas: 2003.
- OLIVEIRA, José A. “Memória e participação social: suportes de sustentabilidade”, in: PARK, Margareth B. (org). *Formação de Educadores - Memória, Patrimônio e Meio Ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- PARK, Margareth Brandini (org). *Memória em Movimento na Formação de Professores*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Formação de Educadores - Memória, Patrimônio e Meio Ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. “História e memória. Possibilidades no cotidiano escolar”, in: *Proceedings V.II.XTH International Oral History Conference*. Rio de Janeiro: 1998.
- \_\_\_\_\_; IÓRIO, Suely Aparecida. *Arte, Educação e Projetos - Tao Sigulda para Crianças e Educadores*. Jundiaí: Árvore do Saber, 2004.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOGNON, Marcos. “Patrimônio - entre o presente e o passado”, in: Park, Margareth Brandini(org). *Formação de Educadores - Memória, Patrimônio e Meio Ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, 2003 (p.163-184).